

**VI CONGRESSO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO CIVIL:
AUTONOMIA PRIVADA, LIBERDADE EXISTENCIAL E DIREITOS
FUNDAMENTAIS**

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR

FORTALEZA – CEARÁ

18-20 DE OUTUBRO DE 2018

CHAMADA PARA RESUMOS

Convidamos gentilmente participantes de todo o mundo para submeter, **no período de 10 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro 19 de fevereiro de 2018**, um resumo (500 palavras, no máximo) pertinente a um dos temas constantes no **ANEXO I** deste Edital de apresentação que gostaria de expor no VI Congresso do Instituto Brasileiro de Direito Civil “Autonomia privada, liberdade existencial e direitos fundamentais”, que acontecerá na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Fortaleza, Ceará, Brasil, nos dias 18 a 20 de outubro de 2018. O resumo deve ser inédito e pode ser escrito em Português, Inglês, Francês, Espanhol ou Italiano, sobre uma das temáticas relacionadas no ANEXO I, devendo ser enviado ao endereço eletrônico: **vicongressoibdcivil@ibdcivil.org.br**. Em folha de rosto, o autor deve informar seu nome completo e o nome do coautor, se houver, titulação (mestrados, doutorandos, mestres, doutores em direito), sua afiliação institucional, o país de origem e endereço eletrônico. Apenas serão aceitos resumos de autores com Pós-Graduação Stricto Sensu em andamento ou concluída.

Cada participante poderá submeter, no máximo, dois resumos que passarão pelo sistema de dupla avaliação cega por pareceristas titulados com o nível de doutoramento para o fim de selecionar aqueles que serão aprovados para apresentação. Findo o processo avaliativo, todos os participantes serão notificados até **28 de fevereiro de 2018** sobre o resultado atribuído ao seu respectivo resumo. Dentre os aprovados para a apresentação oral, aqueles que tenham interesse de expandir o resumo em um artigo científico para publicação nos anais do evento, deverão realizar nova submissão, enviando o texto completo para o mesmo endereço eletrônico acima, no período de **01 a 30 de abril de 2018**.

O artigo científico deverá atender às normas estabelecidas pelo **ANEXO II** e estará sujeito a nova avaliação por meio de dupla avaliação cega por pareceristas doutores.

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2018

Comissão Científica do VI Congresso do IBDCivil

ANEXO I

Autonomia privada, liberdade existencial e direitos fundamentais
Direito civil, codificação e Constituição
Aplicação das normas constitucionais nas relações entre particulares
Proporcionalidade e razoabilidade
Métodos de interpretação
Pluralidade de fontes normativas
Os precedentes na teoria da interpretação
Novas tecnologias e relações privadas
Informação, tecnologia e novos bens
Criptografia
<i>Software e know how</i>
Novos negócios jurídicos (plataformas, economia do compartilhamento, smart contracts etc.)
Os desafios jurídicos decorrentes do avanço da robótica e da inteligência artificial
Big data
A proteção de dados pessoais na internet
Discriminação genética, tutela à saúde e vulnerabilidades
Discriminação genética nas relações privadas
A tutela dos dados genéticos na contratação de seguros
Novas formas de interação entre o corpo e as tecnologias: possibilidades e riscos do pós-humano
Atos de disposição do próprio corpo
A ortotanásia e o testamento vital
Tratamento jurídico do aborto
Autonomia de pacientes vulneráveis
Risco e responsabilidade
Redução equitativa da indenização e responsabilidade objetiva
Responsabilidade civil e seguro
Responsabilidade objetiva por atividades de risco
Critérios para identificação de novos danos, em especial no âmbito da violação da dignidade da pessoa humana
Nexo de causalidade, causalidade alternativa e nexos de imputação
Análise do risco do desenvolvimento como excludente de responsabilidade
A perda da chance no direito brasileiro
Função punitiva e responsabilidade civil
Repercussões dos acordos de delação premiada e de leniência sobre a reparação civil
Risco integral e tutela ambiental
Lucro da intervenção
Dano da privação de uso

Proteção contratual e vulnerabilidades
Liberdade contratual e função social do contrato
Liberdade contratual e boa-fé objetiva
Liberdade contratual e equilíbrio contratual
Contratos incompletos
Cláusula resolutiva nas relações contratuais
Adimplemento substancial
Deveres gerais de conduta nas relações contratuais
Transformações no direito sucessório
Os herdeiros legítimos no direito civil contemporâneo
O regime jurídico da sucessão do companheiro: repercussões do julgamento dos RE's 646.721 e 678.694 no Supremo Tribunal Federal
Sucessão concorrente
Colação dos bens doados e sua forma de cálculo (divergência entre CC e o CPC)
O testamento e as novas tecnologias da informação e exigências de simplificação
Titularidades, empresa e garantias
Função social da propriedade
Função social da empresa
Utilidades do <i>trust</i> para os ordenamentos da família romano germânica
Novas funções das garantias reais
Garantias pessoais atípicas: qualificação e controle de merecimento de tutela
Boa-fé objetiva e direito societário
Garantias fiduciárias
Patrimônio de afetação
Novas fronteiras entre a empresa e o mercado (contratos híbridos, contratos associativos e redes contratuais)
Autonomia existencial e relações privadas
Direitos fundamentais e proteção dos grupos vulneráveis
Proteção das pessoas com deficiência
Proteção da criança e do adolescente
Biografias não autorizadas
Efetividade das diretivas antecipadas de vontade
Privacidade e a exposição voluntária nas redes sociais
Direito ao esquecimento
Direito de não saber
Direito à identidade pessoal
Novas famílias, igualdade e solidariedade
Pluralidade de formas de entidades familiares. Alcance do reconhecimento da igualdade entre cônjuge e companheiro.
Famílias homoafetivas
Famílias simultâneas e o poliamor
Repercussões do Estatuto da Pessoa com Deficiência no direito de família

Parâmetros para o reconhecimento jurídico da multiparentalidade
Disposições patrimoniais e existenciais no pacto antenupcial
A obrigação alimentar e a solidariedade nas famílias
Os desafios da gestação de substituição
A revolução biotecnológica e as relações familiares
Os desafios jurídicos decorrentes das manipulações genéticas nas relações familiares
Doação compartilhada de óvulos
Pessoa, mercado e consumo
Prazos decadenciais e prescricionais nas relações de consumo
Publicidade direcionada ao público infantil. Publicidade enganosa e abusiva.
A cláusula geral contra abusividade: análise teórica e exemplos práticos
Disciplina jurídica aplicável aos contratos cativos
Superendividamento
Reparação integral e tratados e convenções internacionais
Formação dos contratos eletrônicos e publicidade na internet
Contratos eletrônicos
Responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços eletrônicos
O inadimplemento nas relações de consumo: vícios, fatos e perdas e danos
Política de cookies e cadastros obrigatórios para realização de compras
Estruturação imobiliária e novas funções
Novas funções do condomínio
Pacto marciano
Direito de laje
Direito de superfície
Propriedade imaterial
Motores de busca e suas repercussões sobre a propriedade industrial
Os provedores de conteúdo e as ofensas postadas por terceiros
Provedores de hospedagem/plataformas e responsabilidade por falsas notícias (<i>fake news</i>)
O direito autoral diante das novas mídias
Direitos autorais na era digital
Acesso a direitos fundamentais e bem comuns
Novas tecnologias e apropriação do conhecimento
Uso comum dos bens essenciais: modelo possível?
Modelos comunitários de gestão e compartilhamento
Cidade democrática e novas tecnologias
Internet como bem comum e direito de acesso
Direito privado comparado
Metodologia de estudo do direito comparado
Métodos de ponderação de interesses nos sistemas de <i>common law</i> e de <i>civil law</i>
Licenciamento compulsório no Brasil e no mundo
Transformações do direito contratual na América Latina
Partes não signatárias na arbitragem: normas internas e princípios internacionais

ANEXO II

- Os trabalhos devem ser submetidos em formato Word 97 ou superior (padrão DOC).
- O texto integral, incluindo tabelas, ilustrações e referências bibliográficas, deve estar em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), seguindo ainda as instruções a seguir:

- Título em português, em inglês e na língua original do artigo, para os textos escritos em outra língua);
- O título em português deve estar escrito sem negrito, centralizado e em letras caixa-alta. O título em inglês e/ou na língua original do texto deve estar abaixo do título em português, em itálico, centralizado, em letra caixa-alta.
- Resumo (no máximo 250 palavras) e três palavras-chave, escritos em português, inglês (e na língua original do artigo).
- Texto (contendo introdução, desenvolvimento e conclusão, mesmo que os tópicos recebam designações diferentes). A estruturação do texto deve se adequar às exigências de um trabalho científico, contendo introdução, desenvolvimento, conclusão e referências.
- Referências, alinhadas à esquerda.
- Anexos (opcionais).
- Formatação:
Espaços
 - entrelinhas: 1,5;
 - entre parágrafos: 0 pts;
 - entre título e texto: uma linha (um enter);
 - entrelinhas das notas de rodapé: 1,0;
 - entrelinhas da citação longa: 1,0;
 - entrelinhas de uma mesma referência: 1,0;
 - entre uma referência e outra: 6 pts;
 - entre o texto e a citação longa: 6 pts;
 - Iniciar parágrafo com 1,0 cm na régua do Word;
 - Citação longa (mais de 3 linhas) deve ser colocada com 4,0 cm de recuo em relação à margem esquerda (3,0 cm a mais da margem do parágrafo).

Fonte

- Times New Roman
- Resumo 10
- Texto 12
- Citação longa 10
- Nota de rodapé 10

Títulos

- Título do artigo 14 Caixa alta - sem negrito
- Títulos das partes do artigo - 12 Caixa alta negrito
- Subtítulos 12 Caixa alta itálico
- Sub-subtítulos 12 Caixa alta normal

Referências

- Fonte tamanho 12 (destaque para títulos das obras em negrito)

Margens

- esquerda: 3,0 cm
- direita: 2,0 cm
- superior: 3,0 cm
- inferior: 2,0 cm

4. Referências: relação das obras e fontes de pesquisa citadas no artigo conforme ABNT – NBR 6023/2002.